

OS WASSÚ

Em 13/10/78, através de carta o prof. Assistente de Antropologia, Clóvis Antunes Carneiro de Albuquerque, da UFAL-CHLA-ESD levou ao conhecimento desta Fundação a existência de um grupo remanescente "aculturado" indígena do nordeste, no município de Joaquim Gomes, estado de Alagoas, no lugar chamado Cocal.

Os habitantes de Cocal afirmavam que eram descendentes da antiga aldeia Cocal e receberam nos tempos do imperador quatro léguas de terras como doação pela participação na guerra do Paraguai, que lhes foram aos poucos usurpadas pela pop. branca, hoje estando completamente ilhados pelo latifúndio dos canaviais, possuindo uma meia légua de terra. A pop. chega a 10 famílias, totalizando 300 a 400 pessoas.

O grupo remanescente de Cocal tem plena consciência de sua solidariedade tribal. Documentos antigos do Arquivo público de Alagoas comprovam a existência do aldeamento e missão de cocal. A população se encontra em total desamparo de assistência médica e social. As propostas sugeridas pelo professor foram: 1) Demarcação urgente; 2) assistência social, escolar e médica; 3) estimulação de ocupação artesanal.

De acordo com sugestões da bibliotecária Maria Elizabeth Gaimero, o antropólogo que fosse à área deveria realizar um levantamento do acervo do arquivo público de Alagoas e também do Instituto histórico e geográfico dessa cidade.

Em 02/07/79 foi solicitada ao Sr. Álvaro Scalabrin que trabalhava na área do município de Joaquim Gomes, material bibliográfico a respeito dos Wassú, esse informou que ^{na imprensa} naquele momento e que posteriormente nos enviaria tal matéria.

Através do Museu do Índio, foi procurado no arquivo nacional, documentos históricos a respeito da doação por parte do Imperador Pedro II de terras aos indígenas do aldeamento de Cocal e nada foi encontrado.

Através do memº nº 895/79, a antropóloga Delvaí Mellatti informou que na sua viagem aos Wassú estes lhes deram um caco de cerâmica como prova de que o local sempre pertenceu a eles, e solicitou que esse material fosse enviado ao setor de Arqueologia para ser datado com carbono 14.

Relatório do levantamento sócio-econômico dos Wassu. (Melatti)

De Maceió à aldeia do Cocal, no rio Camaragibe, é 1.40 hora e de ônibus pela Br 101.

Há 28 anos foi alterado nos Cartórios da região o nome da aldeia do Cocal para sítio do Cocal, porque os fazendeiros já haviam tomado as terras dos caboclos. Há outro núcleo dos Wassú em Pedrinhas que fica a 2 Km (30 min. de carro) do sítio Cocal.

Os caboclos de Cocal se auto-denominam de Wassú. Examinando o "novo Dicionário da Língua Portuguesa" a palavra Wacú vem do tupi-guarani e este remete ao verbete acú que vem do TUPI Wa'su - elemento com posto que entra na formação de muitas palavras indígenas, grande, vasto.

Em Maceió, Delvaí Mellatti visitou o arquivo público e o Instituto Histórico e geográfico mas não encontrou documentação referente aos Wassú.

Tudo leva a crer que os wassú pertençam à família Kariri, pois um caboclo disse que a língua falada parecia com a dos Kariri. ~~falada parecia com a dos Kariri.~~ não falam a língua, entretanto algumas pessoas lembram de palavras:

Sal: Toá
Sol no poente: tatá
Chuva: talá
lua: Tôbo
fogo: Krou, tabu
água: bōdōsia
escuro: talu
lua se põe: nivoá
suco de cana: odó
panquá: bebida tomada no toré
chitapã: como vai ?
mato: távo etc:..

Nessa região se produz cana, mandioca, feijão, milho, algodão, batata doce e laranja. No município há a usina açucareira, ~~Usi-~~na alegria, antiga Santa Amália.

Os Caboclos ^{tiveram} receberam que D. Pedro II doou quatro léguas em quadro (uma sesmaria), ao capitão saharar de Lira por terem participado na guerra do Paraguai.

De 1808 a 1813, doze índios entre homens e mulheres foram para o Paraguai. Dentre eles citaram o Lava-pé, o Lindoca, as índias Jjuruta e Cambonja. O sogro do Paulo ainda tem guardado a espada e a estrela que usou durante a guerra do Paraguai.

A terra doada está praticamente toda ocupada por fazendas de canas de açúcar; estando os índios localizados em uma minúscula parcela de área. Existem várias fazendas de cana de açúcar que estão ^{no} centro de sua reserva e que se dizem proprietários delas: são ao todo 37 fazendas.

Há 150 anos que os caboclos compraram suas próprias terras, para não serem expulsos delas.

Muitos já venderam parte dela por necessidade de dinheiro ou de sobrevivência. Major Teutônio, parente da família Gomes, se apossou de inúmeras terras dos índios. Muitos foram vendidos e revendidos sem escritura.

Em março de 1979 um fazendeiro foi até o Cocal, acompanhado de seus capangas para se apossar de um lote. Os Caboclos discutiram com eles, e estão temerosos do que possa lhes ocorrer.

Os caboclos do Cocal estão localizados no topo de um morro, estando encurralados por fazendeiros que compraram ou se apossaram do restante da área doada. O mesmo aconteceu com o pessoal de Pedrinhas: compraram Pedrinhas do madeireiro Quincas Alfredo. Posteriormente foram vendendo pedaços da gleba e como a escritura era única, Mario Batista ao comprar uma parcela ficou de posse da escritura de Pedrinhas. Muitas Wassú se arrependeram de terem realizado tal transação comercial. A situação caboclos sempre foi péssima durante o decorrer dos anos, devido as pressões e imposições dos plantadores de cana-de-açúcar, a maior fonte de divisa do município.

Na época do fazendeiro Juvenal Maia Gomes, há 30 anos atrás, este ordenou um ataque à aldeia Cocal, levando 12 pessoas presas por que tinham comido suas canas de açúcar. Muitas caboclos morreram e outros ficaram feridos. Atualmente não ocorre choques sangrentos, mas, os caboclos vivem preocupados temendo agressões, usurpações ou boicotes de trabalho nos canaviais. Trabalham nos canaviais por preços baixíssimos por medo de serem assassinados.

Houve um relativo período de sossego para os índios, após a morte de Juvenal Gomes em 1971.

Das 4 léguas iniciais agora possuem menos de 1/2 légua. suas terras são insuficientes para todos, sendo que muitas se espalharam pela região, pretendendo retornar ao sítio do Cocal, se recuperarem suas terras.

Alguns proprietários ficaram sabendo da possibilidade de verem a perder suas fazendas que eram de posse indígena; o Prefeito considera que os caboclos não têm mais condições de readquirirem suas terras, porque eles próprios as venderam; acha também difícil reaver a cópia da escritura que sumiu.

Determinados caboclos pagam o direito pelo uso da terra do INCRA. Entretanto alguns se recusam a pagar o imposto, porque não têm recursos e a terra fora doada.

A terra dos wassú deverá ser cortada por uma ferrovia plotada em 1978. As plantações serão indenizadas, mas por ocasião do levantamento de medição, os estragos feitos não foram pagos; o início dos trabalhos está previsto para 1983, e a FUNAI deve negociar a alteração do seu traçado.

Demografia: O censo realizado entre os Wassú registrou nos dois núcleos 429 indivíduos. Os caboclos calcularam que seriam 500 a 600 pessoas na aldeia incluindo os ausentes, em 1000 índios.

A população Wassú está bastante miscigenada com outros grupos indígenas principalmente com "civilizados" (brancos e negros). Mesmo assim, ainda houve um foco de resistência durante décadas a um cruzamento biológico com outras etnias pois há caboclos "puros", cerca de 180 índios.

A extensão das roças variam de meia e 5 tarefas. a grande maioria dos caboclos trabalham nos canaviais de particulares. Recebem Cr\$ 35,00 ao dia, trabalhando, das 7 às 16 horas. A situação econômica dos Wassú é péssima, muitos deles passam fome, porque nem sempre as fazendas absorvem a mão de obra disponível na região.

A exploração econômica da Olaria deveria ser incrementada pelo Órgão para aquelas pessoas que se interessam nesta atividade.

Não confeccionam nenhuma peça artesanal.

Mencionam a existência de dois capitães, que possuíam antigamente, o Salazar e o João Tomai da Silva. Atualmente não há chefe, mas Paulo tem grande influência sobre os companheiros.

Os Wassú se consideram Católicos, tendo mais ou menos 10 famílias crentes.

Das festas tradicionais praticamente não se lembram de nada, contam que os antigos praticaram o rito do Curicuri e do Toré, ingerindo Jurema (bebida alucinógena).

Contam que seus antepassados realizavam o endocanibalismo, quando era dançado o Toré.

Através do Memº nº 45179-DGRE, Delvair Montagner Melatti, solicita providências urgentes tendo em vista a situação calamitosa dos Wassú, pois se encontram ameaçados, tendo um estado de saúde péssimo e a fome é enorme, não tem caça nem peixe. Deveria ser enviada imediatamente a EVS e um atendente de enfermagem com medicamentos, alimentação e um antropólogo etnógrafo para elegerem a área.

Através do Memº 451/79 Hildegart Maria Rick solicitava a indicação de um antropólogo para compor o GT para fazer a eleição da área.

O GT foi formado e a viagem estava prevista para 11/02/80 até 02/03/80 (Jane Beltrão). Portaria 670/E de 05/02/80.

A resistência dos caboclos do Cocal, em cumprimento da Portaria nº 670/E de 05/02/80. (Relatório Jane Beltrão)

Histórico:

Os índios de Província de Pernambuco, hoje estado de Alagoas, foram transferidos de suas terras originais para aldeamentos missionários, provável^{mente} no final do séc. XVII quando foi ~~criada~~^{criada} a junta das Missões através de carta régia de 07/03/81.

Em 1857 segundo o relatório do Dr. Antonio Melo de Sá e Albuquerque, apresentado à assembleia Legislativa Provincial das Alagoas havia oito aldeias, ^{Atalá}atalá, CoCal, Colégio, Jacuipe, Limoeiro, Palméira, Santo Amaro, Urucu, povoados por 3.499 índios.

Resumo da Situação Wassú

De acordo com a informação nº 210/DID/DGPI temos um resumo da situação dos Wassú:

A questão dos índios Wassú iniciou-se na FUNAI a partir de uma carta do prof. Clóvis de Albuquerque (Univ. Fed. Alagoas).

A partir dessa carta, o presidente da FUNAI pede a ida de antropólogo do DGPC para um contato com o prof. em Alagoas, em busca de mais subsídios.

A FUNAI iniciou uma pesquisa bibliográfica a respeito desses índios em Alagoas e no Museu do Índio, nada encontrando em termos de doação de D. Pedro II a esses índios.

Em junho de 1979, Delvaia Melatti foi enviada à área para execução de lev. sócio-econômico dos índios Wassú.

Em 1951 a denominação de aldeia Cocal foi alterada para "sítio do cocal" porque os fazendeiros já haviam tomado as terras no Rio Camaragibe. Há 2 Km de Cocal há outro núcleo Wassú em Pedrinhas.

Delvaia crê que os Wassú pertençam à família Kariri.

No séc. XVII o atual estado de Alagoas fazia parte de província de Pernambuco.

Mais tarde no séc. XIX Alagoas foi desmembrada da província de Pernambuco, sendo que os índios passaram à jurisdição da "Diretoria geral dos índios".

A mudança de denominação índios/caboclos é uma forma de mascarar a realidade de um processo histórico no qual a mestiçagem foi uma forma de dominação.

Segundo Thomas Espindola, o povoado de Cocal foi formado durante a rebelião de Panellas do Miranda com índios de Barreiras e Jacuípe.

Acervo
EISA

No sítio de Cocal e Pedrinhas foram registrados 429 pessoas, sendo que alguns estavam fora constituindo um total de 517 pessoas.

Há prostituição na área.

As roças são individuais por família no quintal das casas.

Em Cocal há duas Olarias, sendo que só uma funciona, porque está arrendada a não-indio.

Os caboclos compraram "Pedrinhas" outro sítio Wassú.

Na proposta de Melatti as 4 léguas são indispensáveis para a sobrevivência dos Wassú, além desta faz uma proposta de 2,5 léguas.

Justifica sua proposta na medida em que os índios caçam nas matas do Cocal e Pedrinhas; pescam no rio Camaragibe, que banha várias fazendas e coletam frutos silvestres em Cocal, Pedrinhas e Algumas fazendas.

A sugestão do técnico indigenista Geraldo Vieira de Melo é a anexação de 300 ha entre as áreas de Cocal e Pedrinhas (separadas pela propriedade de 3 civilizados), formando uma área contígua de 600 ha.

O grupo constituído pela portaria nº 670/E, Jaime Manóin e Jane Beltrão apresentou um relatório sobre educação, saúde e demografia, mas sem a proposta de eleição, pois dependia de certos documentos.

O GT verificou entretanto que a proposta da área do Sr. Geraldo Vieira de Melo não coincidia com as reivindicações dos Wassú.

" problema sério, seria uma estrada que os fazendeiros construíram por dentro da aldeia, onde transitam em alta velocidade.

Hoje a única caça que tem é o tatu, mas se localiza nas terras deles... a própria usina que tem quase 50% das nossas terras não nos empregam.... a prostituição feita pelos brancos, a zombaria que

fazem dos ritos " toré", vêm descaracterizando cada dia mais a aldeia da gente". (Depoimento do vice-cacique: Hibes no DGPI.

Através da informação nº 223/DID/DGPI constante do processo FUNAI/BSB/1450/79 o DGPI só poderia se posicionar a respeito da identificação da terra a partir da manifestação da AGESP, sobre a identidade do grupo.

Através da carta de 16/08/81 de Hibes Menino de Freitas ao Sr. Ministro, o vice-cacique dos Wassú expõe que era necessário se fazer algo de humano "por 2.380 remanescentes da tribo Wassú localizada na aldeia de Cocal, município de Joaquim Gomes.

Recorria ao Sr. Ministro para que se fizesse algo pelos 580 índios aldeados e encurralados em seu próprio habitat.

Sem meios de se integrar à sociedade atual e recursos para lutar pelos seus direitos, pediam garantias para sobrevivência e assistência.

Solicitavam reconhecimento como grupo étnico, urgente demarcação das terras em questão; segurança devida aos índios em pauta; infraestrutura e assistência adequada nas áreas de saúde, educação e subsistência, e o impedimento do ofício da 3ª DR que negava assistência ao grupo.

Através de informação de Moacir Santana, prof. da universidade federal de Alagoas , subsídios obtidos do arquivo público de Alagoas temos que:

A aldeia Cocal teria sido constituído no período da chamada guerra dos C-banos (1831-1836), com emigrados de Jacuípe e Barreiras, esta última localidade pertence ao atual Estado de Pernambuco. A mais antiga referência encontrada a respeito desse aldeamento, data de 1849, em depoimento de José Rodrigues Leite Pitanga, Diretor Geral

dos índios de Alagoas, que afirmou haver aqueles indígenas do Cocal ao citado ano de 1849, quando da Revolução Praieira, ao lado dos de Jacuípe.

Já no ano seguinte, 1850, existe no arquivo Público de Alagoas, ofício de 11 de junho firmado pelo Diretor dos índios do Cocal, Jacinho Paes de Mendonça Junior; no mencionado ofício de 11 de junho de 1950, vem inclusive consignado o nome do Capitão dos índios daquele aldeamento, Antônio de Souza Salazar.

Em ofício datado de 19 de maio de 1855, Antônio de Souza Salazar comunica ao vice-presidente da Província das Alagoas, Dr. Roberto Calheiros de Melo; que estavam tirando madeiras nas matas da região alguns até sem licença.

Outro documento datado de 12/01/1860, assinado por Félix Frederico Soares de Albuquerque baiano a rogo do Capitão da aldeia de Cocal, Antônio José de Souza Salazar solicitava alguns víveres para a viagem de volta ao aldeamento. Essa viagem havia sido feita à Maceió, quando da visita de D. Pedro II e Comitiva a 31 de dez. de 1859, afirmando a tradição que aqueles indígenas teriam vindo à presença do Imperador, receber o título de suas terras.

Sobre a existência do aldeamento de Cocal há grande quantidade de documentos:

- Relatório do Diretor Geral dos Índios, José Rodrigues Leite Pitanga-22 dez. 1854, ao presidente da Província de Alagoas.
- Mapa da pop. das Aldeias de índios da Província de Alagoas datado de 21 de fev. de 1857, doc. deslocado. (Diretoria Geral dos índios 1849/63.)
- Mapa das aldeias de índios da prov. Alagoas no ano de 1861, datado de 12 dez de 1861.

- Relatório sobre os indígenas da Província das Alagoas, datado de 1862 de Manoel Loureço Silveira in, " Carvalho, Antonio Alves de Souza, fala dirigida à assembléia Legislativa das Alagoas-13 jun/1862.
 - Relatório lido perante a assembléia Legislativa da prov.de Alagoas, no ato da sua instalação, 16/mai/1870 -
 - Correio de Alagoas, 28/nov/1905
 - Outenberg, Maceió, 29 nov. 1905, p. 1
- (esses documentos se encontram anexados ao processo).

Através de mem^o constante à folha 17 do mencionado processo solicitava, pronunciamento da AGESP sobre a identidade étnica do grupo.

MINTER - FUNAI -
M^a. de Lourdes de Almeida
Maria da Penha Cunha de Almeida
Antropóloga